

COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

FH atua até como líder no Congresso

Fernando Henrique bem que tentou. Primeiro, deixou a coisa nas mãos dos presidentes de partidos. Depois, ensaiou — no sentido de balão de ensaio mesmo — criar uma secretaria executiva do Gabinete Civil para encaminhar as questões. Em determinado momento pensou em ter um articulador, foi a José Richa mas o plano deu em nada. Por fim, deixou o barco correr nas mãos dos líderes e por pouco não afogaram-se todos.

Agora, finalmente a história de que será ele próprio o articulador político do governo deixará o terreno da tese para funcionar na prática. No sábado, Fernando Henrique teve uma conversa de duas horas e meia, no Palácio da Alvorada, com seu líder no Congresso, Germano Rigotto, e do encontro saiu decidido a atuar nessa seara com força total.

O presidente já determinou que, assim que voltar dos Estados Unidos, quer ver todos os dias em sua mesa de trabalho as pautas de votações da Câmara, do Senado e Congresso. Pilota, deste modo, de perto tudo o que estiver sendo discutido do outro lado da Praça dos Três Poderes.

Na semana passada, o governo tentou, junto ao presidente do Senado, José Sarney, que ele engatasse uma segunda e diminuísse o ritmo das votações. Foi inútil. Sarney quer porque quer limpar a pauta que no início da legislatura era de 57 medidas provisórias e cerca de 500 vetos (já foram votadas 32 MPs e 153 vetos) e não há quem o faça mudar de idéia. Como o trabalho acelerado colabora para a recuperação da imagem do Congresso, mas exige do governo e seus líderes atenção redobrada, o jeito foi se adaptar à nova ordem.

Das assessorias parlamentares será cobrado maior empenho. A dormida no ponto que deu a bem montada assessoria do Banco do Brasil no caso do veto da TR agrícola não poderá se repetir. Os líderes têm ordem para fazer reuniões periódicas com as assessorias parlamentares de todos os ministérios.

Os assessores receberão as mesmas pautas, examinarão nos ministérios o que interessa e o que não interessa votar e voltarão com um relatório de

orientação completo para os líderes. Esses, na reunião semanal das terças-feiras, decidem como encaminhar as votações.

A Fernando Henrique também caberá outra tarefa. A da proteção pública a seus líderes. Ele recebeu queixas de que as lideranças ficam expostas ao desgaste sem que do Planalto venha uma palavra sequer de apoio a eles. Ao contrário, o que se viu no episódio da TR foram parlamentares que conversaram com o presidente relatando a insatisfação de Fernando Henrique com os condutores de suas propostas no Legislativo.

Mas, se no início do governo o presidente havia optado pelo formalismo mais exacerbado — limitando a ação congressual ao Conselho Político —, agora pretende correr na ponta oposta. A cada votação corresponderá uma atuação sua com parlamentares que tenham, naquele determinado assunto, especialização específica ou que sejam formadores de opinião dentro do Congresso. E aí valem base governista e oposição.

Um exemplo: se o que estiver em pauta for uma questão econômica, o presidente mandará chamar gente da área. Seja Roberto Campos ou Maria da Conceição Tavares. Discute-se salário mínimo? Convoca-se Paulo Paim ao Planalto. José Genoí-

no, Roberto Freire, Alberto Goldman, Jofran Frejat, Luis Roberto Ponte — para citar alguns nomes a título de clarear o raciocínio — não são líderes eleitos, mas o governo considera que em muitos casos podem ajudar. Têm influência e suas opiniões são respeitadas dentro do Congresso.

Só que Fernando Henrique não pretende trabalhar sozinho. Vai incluir os ministros nesta missão e, por parte dos líderes, exigirá a política da não exclusão. A reunião das terças que inicialmente teria a participação apenas dos três líderes governistas no Congresso foi modificada. Agora haverá duas — uma para a Câmara e outra para o Senado —, todas com a participação dos seis partidos que dão sustentação ao governo.

No caso do PPR, cuja bancada não admite alinhamento automático mas o líder Francisco Dornelles quer ajudar desde que seja ouvido com 48 horas de antecedência sobre cada votação, haverá tratamento especial. Depois de cada reunião, o líder será procurado individualmente para saber da estratégia governista com antecipação.

Agora, para dar certo mesmo, só falta — na linguagem engajada dos tucanos — cuidar da ocupação dos espaços políticos regionais. Ou, como prefere a maioria: providenciar a distribuição dos cargos federais nos estados.